

Percepções sobre doenças parasitárias na infância: Uma experiência na Atenção Primária à Saúde

Perceptions of parasitic diseases in childhood: An experience in Primary Health Care

Percepciones sobre enfermedades parasitarias en la infancia: Una experiencia en Atención Primaria de Salud

Recebido: 17/10/2025 | Revisado: 24/10/2025 | Aceitado: 24/10/2025 | Publicado: 25/10/2025

Isabella Nunes Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7810-8555>
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
E-mail: isabellanunesrodrigues2@gmail.com

Júlio César Miné

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4693-1284>
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
E-mail: juliomine@gmail.com

Rosimeire Nunes de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1984-6543>
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
E-mail: rosynoliver@gmail.com

Resumo

Introdução: O conhecimento acerca da epidemiologia das doenças parasitárias, especialmente na infância, é fundamental para a atuação qualificada frente à Atenção Primária à Saúde. **Objetivo:** Esse trabalho teve como principal objetivo realizar um estudo observacional transversal em Unidades Básicas de Saúde acerca do conhecimento sobre parasitoses na infância entre profissionais de saúde e membros da comunidade assistidos na atenção primária. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, realizado em três Unidades Básicas de Saúde (UBS) situadas no município de Ponta Grossa, Paraná. A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2024, por meio da aplicação de questionários próprios, estruturados com questões objetivas, sob uma perspectiva interdisciplinar. **Resultados:** Foram identificadas falhas no manejo clínico e terapêutico frente às doenças parasitárias, atribuídas a lacunas de conhecimento sobre o tema, tanto por parte dos profissionais de saúde quanto da comunidade. **Conclusão:** Diante disso, é urgente a realização de campanhas educativas comunitárias voltadas à prevenção de enteroparasitoses, bem como a qualificação contínua das equipes atuantes na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Atenção primária; Crianças; Enteroparasitoses; Enfermagem; Saúde coletiva.

Abstract

Introduction: Knowledge about the epidemiology of parasitic diseases, especially in childhood, is fundamental for qualified action in Primary Health Care. **Objective:** The main goal of this study was to conduct a cross-sectional observational study in Basic Health Units on knowledge about parasitic diseases in childhood among health professionals and community members assisted in primary care. **Method:** This is a descriptive qualitative study conducted in three Basic Health Units (BHUs) located in the municipality of Ponta Grossa, Paraná. Data collection was conducted between February and April 2024, using proprietary questionnaires structured with objective questions from an interdisciplinary perspective. **Results:** Failures in the clinical and therapeutic management of parasitic diseases were identified, attributed to gaps in knowledge on the subject, both on the part of health professionals and the community. **Conclusion:** Given this, there is an urgent need for community education campaigns aimed at the prevention of enteroparasitosis, as well as the continuous training of teams working in Primary Health Care.

Keywords: Primary care; Children; Enteroparasitosis; Nursing; Public health.

Resumen

Introducción: El conocimiento sobre la epidemiología de las enfermedades parasitarias, especialmente en la infancia, es fundamental para una actuación cualificada en la atención primaria de salud. **Objetivo:** El objetivo principal de este trabajo fue realizar un estudio observacional transversal en unidades básicas de salud sobre el conocimiento de las parasitosis en la infancia entre los profesionales de la salud y los miembros de la comunidad atendidos en la atención primaria. **Métodos:** Se trata de un estudio descriptivo de naturaleza cualitativa, realizado en tres Unidades Básicas de Salud (UBS) situadas en el municipio de Ponta Grossa, Paraná. La recopilación de datos se llevó a cabo entre febrero y

abril de 2024, mediante la aplicación de cuestionarios propios, estructurados con preguntas objetivas, desde una perspectiva interdisciplinaria. Resultados: Se identificaron fallas en el manejo clínico y terapéutico de las enfermedades parasitarias, atribuidas a lagunas de conocimiento sobre el tema, tanto por parte de los profesionales de la salud como de la comunidad. Conclusión: Ante esto, es urgente realizar campañas educativas comunitarias orientadas a la prevención de las enteroparasitosis, así como la capacitación continua de los equipos que trabajan en la atención primaria de salud.

Palabras clave: Atención primaria; Niños; Enteroparásitos; Enfermería; Salud colectiva.

1. Introdução

As doenças parasitárias compreendem um conjunto de enfermidades causadas por protozoários, helmintos e ectoparasitas (Munareto et al., 2021). Dentre essas, as enteroparasitoses, infecções que acometem o trato gastrointestinal, representam um importante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde os investimentos em saneamento básico ainda são insuficientes e grande parte da população vive em condições de vulnerabilidade social (Antunes et al., 2022).

As crianças representam o grupo populacional mais suscetível às parasitoses intestinais (Domingues et al., 2024, Mekonnen e Sadek, 2024). Essa maior vulnerabilidade decorre de uma resposta imunológica ainda em desenvolvimento, da dificuldade em manter práticas adequadas de higiene pessoal e do comportamento característico da fase oral, período em que há maior tendência de levar objetos à boca, aumentando assim o risco de contato com formas infectantes de parasitos presentes no ambiente (Munareto et al., 2021). Nesse contexto, os helmintos *Ascaris lumbricoides*, *Trichuris trichiura*, *Ancylostoma duodenale*, *Necator americanus* figuram entre os patógenos mais frequentemente identificados em populações vulneráveis, como crianças em idade pré-escolar e escolar, e constituem o grupo de Doenças Negligenciadas causadas por helmintos transmitidos pelo solo (Specht et al., 2023).

Nas Américas, os helmintos transmitidos pelo solo estão amplamente distribuídos em toda a região, representando um importante problema de saúde pública, especialmente em áreas com infraestrutura sanitária deficiente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 46 milhões de crianças entre 1 e 14 anos vivem sob risco de infecção, sendo aproximadamente 13 milhões em idade pré-escolar (1 a 4 anos) e 33,3 milhões em idade escolar (5 a 14 anos) (Brasil, 2018). Esses grupos populacionais são especialmente vulneráveis à infecção e aos efeitos do parasitismo, como desnutrição, anemia, atraso no desenvolvimento físico e comprometimento do desempenho cognitivo e escolar (Biscegli et al., 2009).

A principal via de transmissão das parasitoses intestinais é a rota fecal-oral, caracterizada pela ingestão de água ou alimentos contaminados com formas infectantes dos parasitas, como cistos e oocistos de protozoários, bem como ovos e larvas de helmintos (Nunes et al., 2019). O conhecimento sobre os mecanismos de transmissão, aliado à determinação da prevalência, é fundamental para a formulação e implementação de medidas profiláticas e terapêuticas eficazes, inseridas no contexto das ações de vigilância e promoção da saúde coletiva (Brasil 2018).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem importante papel frente ao combate e controle das doenças parasitárias, principalmente no público infantil. Nesse contexto, em 2005 foi instituído pelo Ministério da Saúde (MS) o “Plano Nacional de Vigilância e Controle das Enteroparasitoses”, que visa reduzir a morbimortalidade e prevalência das principais parasitoses intestinais em âmbito nacional (Brasil 2005). Além disso, o Plano Nacional também tem como objetivo reconhecer áreas de risco de transmissão, por meio de estudos epidemiológicos, desenvolver estratégias de prevenção e controle, através do diagnóstico da população, promover estratégias de educação em saúde, por meio de equipes multiprofissionais de saúde prestando assistência aos pacientes nos níveis de atenção primária, secundária e terciária oferecidas pelo SUS (Chaves et al., 2017).

No âmbito da saúde coletiva, o enfermeiro, juntamente com sua equipe de enfermagem - composta por técnicos e auxiliares - desempenha um papel estratégico na elaboração e implementação de ações de promoção, prevenção e educação em

saúde (Brito et al., 2019). Nesse contexto, o conhecimento sobre a epidemiologia das parasitoses mais prevalentes na população, especialmente na infância, é fundamental para a atuação qualificada da equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) (Brasil 2018). A compreensão dos principais fatores determinantes dessas doenças permite intervenções mais oportunas e assertivas, com vistas à redução dos agravos e à minimização de fatores predisponentes.

Esse trabalho teve como principal objetivo realizar um estudo observacional transversal em Unidades Básicas de Saúde acerca do conhecimento sobre parasitoses na infância entre profissionais de saúde e membros da comunidade assistidos na atenção primária.

2. Metodologia

2.1 Desenho do Estudo e Amostra

Realizou-se uma pesquisa de natureza mista, parte de pesquisa em campo e parte de investigação social envolvendo participantes, ou respondentes, num estudo descritivo de natureza qualitativa e quantitativa (Pereira et al., 2018) com uso de estatística descritiva com classes de dados por faixa etária, valores de frequência absoluta e frequência relativa porcentual (Shitsuka et al., 2014) com dados obtidos em três Unidades Básicas de Saúde localizadas em diferentes bairros do município de Ponta Grossa, Paraná. Para escolha das Unidades, foram considerados a acessibilidade logística da equipe de pesquisa, a localização, condições sociosanitárias e demográficas, indicadores de vulnerabilidade social e o público-alvo atendido, sobretudo atendimentos pediátricos, de modo a assegurar representatividade mínima das realidades locais do município.

2.2 Participantes

Participaram da pesquisa médicos da família, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde (ACS), farmacêuticos e nutricionistas.

2.3 Critérios de inclusão

O critério de inclusão estabelecido foi estar vinculado a equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) do município. A escolha desse público fundamenta-se em sua atuação direta e multiprofissional no enfrentamento das doenças parasitárias na infância, abrangendo perspectivas epidemiológicas, assistenciais e educativas.

Também foram incluídos no estudo membros das comunidades maiores de 18 anos, incluindo familiares de diferentes graus de parentesco responsáveis por crianças assistidas nas UBS com idade de 0 a 10 anos, em acordo com a política nacional de atenção integral à saúde da criança.

2.4 Critérios de exclusão

Foram excluídos do estudo aqueles que se recusaram a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido ou que apresentaram dificuldades de compreensão durante a entrevista.

2.5 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2024, por meio da aplicação de questionários estruturados com questões objetivas, direcionadas a este estudo. Um questionário foi direcionado aos profissionais de saúde e outro aos membros das comunidades assistidas nas UBS. Importante ressaltar que, para a entrevista, todos os participantes foram previamente abordados na sala de espera das UBS e, após a assinatura do termo de consentimento, realizou-se a coleta de dados. A fim de evitar e/ou reduzir possíveis riscos que possam causar danos aos participantes, medidas como

confidencialidade das informações prestadas, tempo livre para respostas às perguntas e uma linguagem objetiva e acessível foram adotadas.

2.6 Variáveis analisadas

Foram avaliados fatores culturais, hábitos alimentares, condições sociodemográficas e aspectos sanitários da população atendida nas UBS, além do nível de conhecimento dos membros da comunidade sobre as parasitoses e suas formas de transmissão.

Entre os profissionais de saúde, foi aplicado um questionário com base nos princípios do plano nacional de atenção básica. Este instrumento buscou avaliar o conhecimento dos profissionais sobre as doenças parasitárias mais frequentes na infância, abrangendo aspectos como mecanismos de transmissão, diagnóstico, tratamento, manejo clínico e cuidados de enfermagem. A avaliação foi fundamentada nos protocolos de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança de baixo risco na atenção primária à saúde, adotados pela Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa – Paraná, com ênfase nos itens relacionados às parasitoses infantis.

2.7 Análise de dados

As análises dos dados foram realizadas por meio de estatística descritiva utilizando o software Microsoft Excel®.

2.8 Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) atendendo aos preceitos éticos e legais propostos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, CAAE 75038423.7.0000.010. A pesquisa foi também aprovada pelo Núcleo de Educação Permanente (NEP), da Secretaria Municipal da Saúde, do município de Ponta Grossa, Paraná.

3. Resultados

Participaram do estudo 50 entrevistados. Destes, 33 eram familiares de crianças assistidas nas UBS, sendo 69,7% mães; 18,2% avós; 6,1% pais; 3% primos e 3% tios com média de idade entre 37 e 48 anos. Em relação aos profissionais de saúde, foram entrevistados 17 participantes, distribuídos da seguinte forma: 12% enfermeiros; 35% técnicos de enfermagem; 18% agentes comunitários de saúde; 18% médicos; 12% farmacêuticos e 6% nutricionistas. Do total de profissionais, 82,3% pertenciam ao sexo feminino e 17,6% ao sexo masculino. Quanto ao tempo de formação e experiência profissional, 47,6% relataram atuar em média cinco anos na UBS em que estavam lotados no momento da coleta.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, podemos observar que 42% possuem Ensino médio completo e que apenas 33% possuem Ensino superior completo. No âmbito de habitação, 47,6% residem em casas de alvenaria e apenas 6% residem em casas de madeira. Além disso, uma média de 2,21 adultos e 1,72 crianças por residência com idade média de 34 e 6,0 anos, respectivamente, foi observada.

No quesito sanitário, foi reportada a presença de vaso sanitário na residência de todos os entrevistados. Quanto à segurança hídrica, 94,4% reportaram consumir água proveniente da rede pública de abastecimento do município. Apenas 3% relataram consumir água proveniente de poço artesiano. Em relação às variáveis sociossanitárias, observou-se que 27% dos domicílios cultivam hortaliças. Desse total, 33% são cultivos abertos, com presença e contato direto de animais domésticos - predominantemente cães e gatos. Quanto às práticas de higienização de hortifrutti, 70% dos entrevistados relataram utilizar apenas água corrente; 21% mencionaram o uso de uma solução de água com hipoclorito de sódio; e 9% empregam água e detergente. Os dados demográficos e as características sanitárias das famílias entrevistadas estão sumarizados na Tabela 1.

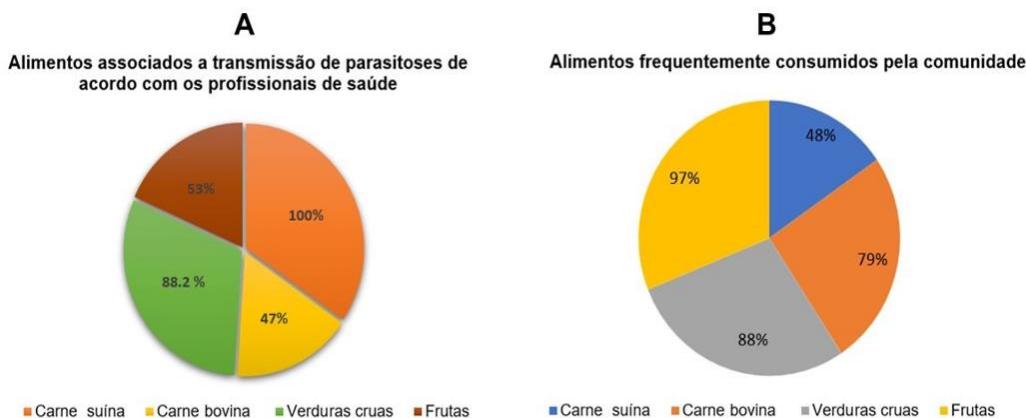
Tabela1. Perfil sociodemográfico, condições habitacionais e práticas de higiene das comunidades atendidas em Unidades Básicas de Saúde do município de Ponta Grossa, Paraná.

Variáveis	N (%)
Grau de Escolaridade	
Superior completo	11 (33,3)
Superior incompleto	1 (3,0)
Ensino médio completo	14 (42,4)
Ensino fundamental completo	2 (6,1)
Ensino fundamental incompleto	5 (15,2)
Tipo de habitação	
Alvenaria	28 (84,8)
Madeira	2 (6,1)
Mista	3 (9,1)
Indivíduos por residência	
% de adultos	33(2,21)
Idade dos adultos	33(34,4)
% de crianças	33 (1,72)
Idade das crianças	33 (6,06)
Presença de vaso sanitário em casa	
Sim	33 (100)
Origem da água consumida	
Rede pública- tratada	31(93,9)
Poço artesiano	1 (3,0)
Filtrada	1 (3,0)
Cultivo de horta em casa	
Sim	9 (27,3)
Não	24(72,7)
Acesso de animais à horta	
Aberto	3 (33,3)
Fechado	6 (66,7)
Contato de animais domésticos	
Sim	3 (33,3)
Não	6 (66,7)
Animais mais citados	
Gato	3 (100)
Cachorro	2 (66,7)
Higiene dos alimentos	
Água corrente	23 (69,7)
Água + hipoclorito ^a	7 (21,2)
Água + detergente	3(9,1)

Nota: ^a Hipoclorito 2%. Fonte: Autoria própria.

Quanto à relação entre o consumo de alimentos e a transmissão de parasitos, a totalidade de 100% dos profissionais de saúde identificou a carne suína como um potencial veículo de infecção, enquanto 4,6% também citaram a carne bovina. No que diz respeito a alimentos de origem vegetal, 88,2% dos profissionais associaram o consumo de verduras e legumes crus à transmissão de enteroparasitas, e 53% mencionaram o consumo de frutas. Em contrapartida, os dados das comunidades assistidas pelas UBS revelaram uma notável discrepância perceptiva: embora 79% e 48% dos entrevistados relataram consumir carne bovina e suína, respectivamente, com frequência, nenhum participante estabeleceu uma associação entre o consumo desses alimentos e o risco de parasitos. Esses resultados evidenciam um contraste significativo entre o conhecimento técnico e a percepção popular, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Percepção dos profissionais de saúde sobre alimentos associados à transmissão de parasitos e hábitos alimentares da comunidade. (A) Alimentos reconhecidos pelos profissionais de saúde como potenciais veículos de transmissão de parasitos humanos. (B) Alimentos relatados como mais frequentemente consumidos pela comunidade atendida nas Unidades Básicas de Saúde do município de Ponta Grossa, Paraná.



Fonte: Autoria própria.

Com base nos dados sobre a aquisição de parasitos por via alimentar, investigou-se a realização de ações de educação permanente com ênfase nessa temática entre os profissionais de saúde atuantes nas UBS estudadas. Os resultados revelam que apenas 5,88% dos entrevistados desenvolvem ou participam de atividades educativas permanentes sobre o assunto, em contraste com 94,1% que não realiza nem participa de ações dessa natureza.

Paralelamente, avaliou-se a percepção dos profissionais acerca dos grupos populacionais mais vulneráveis a essas infecções. Constatou-se que 64,61% dos profissionais identificaram corretamente os grupos de maior risco, incluindo crianças em idade escolar, idosos, gestantes, indivíduos imunocomprometidos, povos originários e pessoas em situação de rua.

Quando questionados sobre as possíveis complicações decorrentes do parasitismo na infância, 52,9% dos profissionais de saúde relataram desconhecer essas repercussões clínicas. Por outro lado, 47,6% apontaram a ocorrência de anemia, desnutrição, diarreia crônica e atraso no desenvolvimento físico e cognitivo como as complicações mais frequentemente associadas às parasitoses infantis. Esses achados estão sumarizados na Tabela 2.

Tabela 2. Ações de educação permanente voltada às parasitoses e percepção dos profissionais de saúde referente as implicações do parasitismo.

Ações de Educação permanente voltada às parasitoses	N (%)
Sim	1 (5,8)
Não	16 (94,1)
Percepção sobre os grupos vulneráveis às parasitoses	
Sim	11(64,6)
Não	6 (35,3)
Grupos citados	
Crianças	10 (90,9)
Gestantes	1 (9,1)
Imunocomprometidos	1 (9,1)
Idosos	2 (18,2)
Povos indígenas	1 (9,1)
Pessoas em situação de rua	1(9,1)
Outros ^a	4 (36,4)

Percepção sobre complicações em decorrência do parasitismo infantil	
Sim	8 (47,6)
Não	9 (53,0)
Complicações reportadas	
Anemia	2 (25,0)
Atraso de crescimento e desenvolvimento infantil	1 (12,5)
Desnutrição	2 (25,0)
Diarreia crônica	1 (12,5)

Nota: ^a Outros- pessoas que vivem em áreas com baixo saneamento básico e de condições de higiene e/ou ainda indivíduos com baixa renda e baixa escolaridade. Fonte: Autoria própria.

Ao serem indagados sobre a ocorrência de sinais e sintomas observados nas crianças nos últimos meses, 58% dos membros da comunidade assistida na UBS relataram episódios de dor abdominal, 45% referiram diarreia e 42% referiram êmese (vômitos) – manifestações frequentemente associadas a infecções gastrointestinais, como as enteroparasitoses.

Diante desse cenário, investigou-se junto aos médicos e enfermeiros a frequência da solicitação do exame parasitológico de fezes e sua relação com a prescrição racional de antiparasitários. Sobre a conduta durante a consulta de enfermagem, 64% dos profissionais relataram solicitar o exame diante de suspeita clínica, priorizando a confirmação diagnóstica antes da intervenção farmacológica. Em contrapartida, 24% afirmaram que o exame só é requisitado após uma tentativa prévia de tratamento empírico, prática que pode comprometer a eficácia terapêutica e favorecer o desenvolvimento de tolerância e/ou resistência aos antiparasitários.

Quanto à prescrição de antiparasitários, 41,2% dos enfermeiros e médicos entrevistados demonstraram apoiar a quimioprofilaxia com anti-helmínticos, mesmo na ausência de confirmação laboratorial, sobretudo em populações de risco. No entanto, 23,5% declararam desconhecer os protocolos vigentes para a prescrição desses fármacos, evidenciando lacunas na formação contínua e necessidade de atualização profissional (Tabela 3).

Tabela 3. Práticas de tratamento empírico das parasitoses, prescrição de antiparasitários e correlação com a solicitação do exame parasitológico de fezes (EPF) entre profissionais de saúde e comunidade.

Tratamento empírico	N (%)
Sim	20 (61,1)
Não	13 (39,0)
Tratamento empírico citado	
Vinagre (pediculose capilar)	7 (58,3)
Chás ^a (verminoses)	11 (91,7)
Álcool (verminoses)	2 (16,7)
Ivermectina ^b (pediculose capilar)	2 (16,7)
Enxofre ^c (pediculose capilar)	1 (8,3)
Outros ^d	3 (25,0)
Solicitação de EPF Pelos profissionais de enfermagem	
Após tratamento empírico	4 (23,5)
Após suspeita clínica	11 (64,7)
NR ^e	2 (11,8)
Prescrição de antiparasitários	
Como quimioprofilaxia	7 (41,2)
Após confirmação do diagnóstico	6 (35,3)
Desconhecem o protocolo	4 (23,5)
Automedicação com antiparasitário pela comunidade	
Sim	27 (81,8)
Não	6 (18,2)

Realização de EPF antes do tratamento	
Sim	5 (18,5)
Não	22 (81,5)

Nota:^a Chás de ervas citados- hortelã, arruda, babosa, alecrim, folha de pessegoiro; ^{b,c} Medicamentos usados sem prescrição médica; ^dOutros: refrigerante Coca-Cola, pinga com fumo, utilizados no tratamento da pediculose capilar; ^e NR- não souberam responder. EPF- Exame parasitológico de fezes. Fonte: Autoria própria.

Ao serem questionados sobre o uso de medicamentos antiparasitários, 82% dos membros da comunidade entrevistados relataram utilizar esse tipo de medicação por iniciativa própria ou por recomendação informal, sem prescrição médica ou confirmação diagnóstica. Apenas 15% afirmaram medicar-se após a realização do exame parasitológico de fezes.

Quanto à frequência com que recebem orientações de profissionais de saúde sobre medidas profiláticas, tratamento e controle de parasitos, 64% dos membros da comunidade assistida na UBS relataram nunca ter recebido qualquer tipo de informação ou orientação sobre o tema. Entretanto, 36% relataram ter recebido orientações médicas; 42% receberam orientações por enfermeiros; 33% por agentes comunitários de saúde; 8% por professores em reuniões escolares, enquanto 8% dos entrevistados não souberam identificar a origem das orientações recebidas.

4. Discussão

Em países emergentes como o Brasil, a elevada prevalência de doenças parasitárias permanece associada à insuficiência de políticas públicas direcionadas à mitigação de problemas sociosanitários, à insegurança hídrica e alimentar – fatores que influenciam diretamente na manutenção e dinâmica de transmissão desses agravos (Andrade et al., 2010). Diante dessa complexidade, torna-se crucial fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS), por meio de ações de promoção da saúde em níveis individual e coletivo, visando à implementação de uma atenção integral que impacte positivamente os serviços multidisciplinares prestados às comunidades.

No Brasil, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem a principal porta de entrada para a Atenção Primária à Saúde. Comumente instaladas próximas às áreas de moradia, trabalho e estudo da população, essas unidades desempenham, portanto, um papel central na garantia do acesso a serviços de qualidade para a comunidade assistida (Chaves et al., 2017). Partindo desse ponto, os profissionais de saúde exercem um papel fundamental na aplicação de seu conhecimento para promoção da saúde e melhoramento da qualidade de vida dos indivíduos, bem como garantir uma boa intervenção clínica e prevenção de doenças (Galavote et al., 2011).

Para este estudo, foram selecionadas três UBS localizadas em bairros distintos, onde foram avaliadas variáveis sociodemográficas e sanitárias. Estudos demográficos sugerem que o nível educacional exerce efeito substancial sobre a saúde da população, podendo influenciar diretamente o risco de contrair doenças (Fonseca et al., 2012). As condições sanitárias observadas na população deste estudo sugerem um cenário epidemiológico heterogêneo. A predominância de residências de alvenaria, a quase universalidade do acesso à água tratada e a presença de vasos sanitários em todos os domicílios representam importantes fatores de proteção contra a disseminação de agentes parasitários, indicando avanços na infraestrutura básica. Contudo, a prática do cultivo doméstico de hortaliças, com frequente acesso livre de animais domésticos, introduz um risco significativo para a transmissão de enteroparasitos e zoonoses, uma vez que pode facilitar a contaminação do solo e dos alimentos com ovos, larvas, cistos e oocistos de diferentes agentes etiológicos.

Um estudo conduzido por Mesquita e colaboradores (Mesquita et al., 2013) identificou a presença de ovos de *Ascaris* spp., larvas de ancilostomídeos e de *Strongyloides* spp. em amostras de alface cultivadas em hortas comunitárias de Teresina - Piauí. Tais helmintos são transmitidos principalmente pela ingestão de água ou alimentos contaminados por suas formas

infectantes (ovos e larvas), além da via transcutânea – mecanismo relevante para as larvas filarióides de *Strongyloides stercoralis* e ancolostomídeos.

A detecção desses agentes etiológicos em hortaliças configura um relevante fator de risco para a aquisição de geohelmintíases, como ascaridíase, ancolostomíase e estrongiloidíase. Tais infecções são particularmente prevalentes em grupos populacionais vulneráveis, incluindo crianças, gestantes e indivíduos imunocomprometidos. Nesse grupo, o quadro clínico pode ser grave, especialmente quando associado à desnutrição, anemia e, no caso da estrongiloidíase, à síndrome de hiperinfecção potencialmente fatal (Luvira et al., 2022).

O presente estudo também investigou fatores culturais associados aos hábitos alimentares e a relação com a transmissão alimentar das parasitoses entre membros das comunidades assistidas pelas UBS. Os resultados revelam uma importante lacuna de conhecimento que pode estar associada ao nível educacional dos entrevistados, o que ressalta a urgência de implementar estratégias educativas voltadas a orientações sobre vias de transmissão dessas doenças, os agentes etiológicos, bem como as medidas de controle, como a higiene das mãos e dos alimentos. Nesse cenário, os entrevistados relataram utilizar água corrente com solução de hipoclorito para higiene de hortifruti. Embora essencial, a lavagem com água corrente ou mesmo com hipoclorito de sódio a 2% – concentração comum em domicílios e na indústria – é considerada insuficiente para eliminar formas parasitárias resistentes, conforme demonstrado na literatura (Matosinhos et al., 2016, Aworh et al., 2021).

Essa ineficácia deve-se à alta resistência de estruturas como ovos de helmintos, cistos e oocistos de protozoários, cuja membrana externa confere proteção contra agentes químicos e fatores ambientais, mantendo-os viáveis e infectantes (Gérard et al., 2018). Um estudo recente conduzido por Silveira e colaboradores (2023) investigou a eficácia de uma solução hidroalcoólica à base de própolis associada à glicina na descontaminação de folhas de alface, com foco na redução de microrganismos e na remoção de ovos de helmintos. Os resultados demonstraram que a solução foi eficaz tanto na redução microbiana quanto na eliminação de formas parasitárias, evidenciando seu potencial como alternativa segura e viável para a higienização de hortaliças. O estudo destaca, ainda, a importância do desenvolvimento de métodos de sanitização que sejam ao mesmo tempo eficazes, não tóxicos à saúde humana e passíveis de aplicação tanto em escala industrial quanto no ambiente doméstico. Esses achados reforçam a necessidade de novas estratégias de higiene alimentar que atendam às exigências sanitárias e contribuam para a redução do risco de transmissão de parasitoses por alimentos in natura.

Considerando a interdisciplinaridade entre saúde ambiental, animal e humana – princípio fundamental da Saúde Única –, tornou-se relevante, a partir dos relatos dos membros da comunidade quanto ao cultivo de hortaliças abertas em ambientes compartilhados com cães e gatos. Além do contato com as crianças, esses animais muitas vezes possuem acesso limitado a cuidados veterinários, alimentação adequada e água limpa, convertendo-se em potenciais reservatórios e disseminadores de agentes etiológicos de zoonoses parasitárias (Rossi et al., 2020).

Dentre as parasitoses de maior relevância associadas a essa dinâmica destacam-se giardíase, criptosporidiose, toxoplasmose, larva migrans cutânea e larva migrans visceral. A circulação de animais em áreas de cultivo constitui um elo crítico na cadeia de transmissão de enteroparasitas, sobretudo quando associada à ausência de barreiras sanitárias ou a práticas de higiene inadequadas (Nascimento et al., 2013, Hajipour et al., 2021). No município de Ponta Grossa, estima-se que mais de 40 mil animais vivam em situação de abandono ou semidomicílio, circulando livremente por vias públicas. Este cenário reforça a urgência de implementar estratégias intersetoriais – incluindo controle populacional animal, vigilância sanitária e educação em saúde – orientadas pela abordagem da Saúde Única para a prevenção de zoonoses e promoção da saúde coletiva (Roque, 2021).

Paralelamente à identificação de fatores de risco associados à aquisição de doenças parasitárias, foi investigada a frequência de ações educativas permanentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde, com ênfase na promoção da saúde, diagnóstico, tratamento e medidas preventivas, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Quando questionados sobre a realização de ações educativas voltadas à prevenção e ao controle das parasitoses, especialmente entre o público infantil, 94,12% dos enfermeiros, técnicos e demais profissionais de saúde entrevistados relataram não ter participado ou realizado atividades dessa natureza. Esse dado revela um descompasso entre a prática profissional e os princípios orientadores da PNAB, que estabelece a educação em saúde como eixo fundamental das ações intersetoriais e contínuas, sobretudo em contextos marcados por condições socioambientais propícias à disseminação de enteroparasitos.

Um estudo conduzido por Muttiah e colaboradores (2025), voltado para ações educativas sobre medidas preventivas contra doenças infecciosas em comunidades indígenas da Malásia, evidenciou que o esclarecimento acerca dos mecanismos de transmissão de parasitos intestinais e da pediculose teve impacto positivo no comportamento da população. Os autores observaram que, após as intervenções, a comunidade passou a adotar práticas simples, porém efetivas, como a lavagem regular das mãos e a adequada higienização dos alimentos. Esses resultados reforçam a importância da inclusão de programas educativos nas estratégias de controle das parasitoses, especialmente entre o público infantil, voltados à promoção da higiene e à desmistificação de crenças relacionadas a essas doenças.

No âmbito das ações permanentes previstas pela Política Nacional de Atenção Básica, indagamos à comunidade assistida nas UBS sobre manifestação de sintomas clínicos observados recentemente nas crianças, a busca por diagnóstico e as condutas terapêuticas adotadas. Entre os sintomas mais reportados destacaram-se cefaleia, dor abdominal e diarreia. Quanto ao diagnóstico, 70% dos entrevistados afirmaram não ter realizado o exame parasitológico de fezes nas crianças antes de iniciar qualquer tratamento.

Em relação às práticas terapêuticas, observou-se elevada prevalência do uso de medicamentos caseiros e da automedicação com antiparasitários, frequentemente sem orientação profissional ou confirmação diagnóstica. Esses resultados evidenciam um padrão de uso irracional de medicamentos e a insuficiência no acompanhamento pelos serviços de saúde, refletindo lacunas na orientação à população e na garantia do cuidado integral preconizado pela PNAB. Além disso, reforçam a necessidade de estratégias educativas dirigidas tanto à população quanto aos profissionais de saúde, a fim de promover o uso racional de antiparasitários e fortalecer a vigilância epidemiológica na atenção primária (Silva et al., 2023).

Esse cenário ganha maior relevância no contexto pós-pandêmico, marcado pela ampla divulgação e apoio ao uso da ivermectina por entidades médicas e representantes governamentais. Tal fato incentivou a realização de estudos que evidenciaram os riscos do uso indiscriminado desse antiparasitário – incluindo efeitos adversos e prejuízos em longo prazo –, especialmente quando administrado sem indicação clínica adequada. A facilidade de aquisição do fármaco, que não exige prescrição médica, agrava ainda mais esse quadro (Oliveira-Filho et al., 2021).

5. Conclusão

Neste estudo foram identificadas falhas no manejo clínico e terapêutico das parasitoses mais prevalentes na infância, atribuídas a lacunas de conhecimento tanto por parte dos membros da comunidade quanto dos profissionais de saúde. Diante disso, é urgente a realização de campanhas educativas comunitárias voltadas à prevenção de enteroparasitos, a integração com os sistemas de vigilância epidemiológica, a atualização dos protocolos assistenciais para garantir o uso racional de antiparasitários, a qualificação contínua das equipes de APS, alinhada aos princípios da Política nacional de atenção básica e da saúde única a fim de reduzir a morbidade infantil e promover maior equidade em saúde pública.

Agradecimentos

À Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e à Fundação Araucária do Paraná, pelo auxílio financeiro por meio da concessão da bolsa de Extensão Universitária.

Referências

- Andrade, E.C., Leite, I.C.G., Rodrigues, V.O., Cesca, M.G. (2010). Parasitoses intestinais: uma revisão sobre seus aspectos sociais, epidemiológicos, clínicos e terapêuticos. *Rev APS*, 13(2):231-40. ID: lil-560229.
- Antunes, R.S., Souza, A.P.F., Xavier, E.F.P., Borges, P.R. (2020). Parasitoses intestinais: prevalência e aspectos epidemiológicos em moradores de rua. *Rev Bras Anal Clin*, 2(1):87-92. DOI: 10.21877/2448-3877.202000894
- Aworh, O.C. (2021). Food safety issues in fresh produce supply chain with particular reference to sub-Saharan Africa. *Food Control*, 123:107737. DOI: 10.1016/j.foodcont.2020.107737
- Biscegli, T.S., Romera, J., Cândido, A.B., Santos, J.M., Cândido, E.C.A., Binotto, A.L. (2009). Estado nutricional e prevalência de enteroparasitos em crianças matriculadas em creche. *Rev Paul Pediatr*, 27(3):289-95. DOI:10.1590/S0103-05822009000300009
- Brasil. (2018). Ministério da Saúde. Guia prático de controle para as geohelmintíases. Brasília: Ministério da Saúde, ISBN 978-85-334-2622-1
- Brasil. (2005). Ministério da Saúde. Plano nacional de vigilância e controle das enteroparasitoses. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brito, A.P.S., Araújo, D.M.M., Gomes, C.N.S., Batista, N.J.C., Olivindo, D.D.F. (2019). Atuação do enfermeiro no cuidado de crianças com enteroparasitoses. *Rev Eletr Acervo Saúde*, 11(18):e1878. DOI:10.25248/reas.e1878.2019
- Chaves, A.P.S., Fuhr, T., Hallam, J.M., Bender, J.M. (2017). Atenção primária em saúde ambiental no Sistema Único de Saúde e problemas ambientais locais: o caso de Saúde José do Sul/RS, Brasil. *Rev Unisul*, 6(3):612-33. DOI:10.19177/rgsa.v6e32017612-633
- Domingues PHF, Araújo AT, Silva IP, Soares AV, Alves RCF, Vidal LAAA, Araújo PC. (2024). Prevalence and factors associated with intestinal parasitosis in children from an urban slum in Brazil: a cross-sectional study. *Rev Paul Pediatr*, 20;43:e2024132. DOI: 10.1590/1984-0462/2025/43/2024132
- Fonseca, E.O.L., Teixeira, M.G., Barreto, M.L., Carmo, E.H., Costa, M.C.N. (2010). Prevalence and factors associated with geohelminth infections in children living in municipalities with low HDI in North and Northeast Brazil. *Cad Saude Publica*, 26(1):143-52. DOI: 10.1590/s0102-311x2010000100015
- Galavote, H.S., Zandonade, E., Garcia, A.C.P., Freitas, P.S.S. (2016). O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde. *Esc Anna Nery*, 20(1):90-8. DOI:10.5935/1414-8145.20160013
- Gérard, C., Franssen, F., La Carbona, S., Monteiro, S., Cozma-Petrut, A., Utaaker K, et al. (2019). Inactivation of parasite transmission stages: efficacy of treatments on foods of non-animal origin. *Trends Food Sci Technol*, 91(83):12-23. DOI:10.1016/j.tifs.2019.06.015
- Hajipour, N., Soltani, M., Ketzis, J., Hassanzadeh, P. (2021). Zoonotic parasitic organisms on vegetables: impact of production system characteristics on presence, prevalence on vegetables in northwestern Iran and washing methods for removal. *Food Microbiol*, 95:103704. DOI:10.1016/j.fm.2020.103704
- Luvira, V., Siripoon, T., Phiboonbanaki, D. (2022). *Strongyloides stercoralis*: a neglected but fatal parasite. *Trop Med Infect Dis*, 7(10):310. DOI:10.3390/tropicalmed7100310
- Matosinhos, F.C.L., Valenzuela, V.C., Silveira, A., Rabelo, E.M. (2016). Standardization of a method for the detection of helminth eggs and larvae in lettuce. *Parasitol Res*, 115(5):1827-34. DOI:10.1007/s00436-016-4922-8
- Mekonnen, E., Sadik, N. (2024). Prevalence of Human Intestinal Parasitic Infections and Associated Risk Factors among School Children in Hakim District, Harari Regional State, Eastern Ethiopia. *APH*, 24:7. <https://doi.org/10.1155/2024/9986078>
- Mesquita, D.R., Silva, J.P., Do-Monte, N.D.P., Souza, R.L.T. (2015). Ocorrência de parasitos em alface-crespa (*Lactuca sativa L.*) em hortas comunitárias de Teresina, Piauí, Brasil. *Rev Patol Trop*, 44 (1):67-76. DOI:10.5216/rpt.v44i1.34802
- Muttiah B, Wahid W, Hanafiah (2025). A. Impact of Health Education on Infectious Disease Knowledge in Indigenous Communities in Northwestern Malaysia. *Trop Med Infect Dis*, 9;10(7):191.doi: 10.3390/tropicalmed10070191
- Munareto, D.S., Lima, A.P.S., Sabec, G.Z., Vieira, S.L.V. (2021). Parasitoses em crianças na fase pré-escolar no Brasil: revisão bibliográfica. *Rev Pesqui Soc Desenvolv*, 10 (1):1-14. 09 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11>
- Nascimento, S.F.A., da Silva, M., Oliveira, S.B.J., Rocha, B.L., Santos, R.K. (2013). Diagnosis of gastrointestinal parasites in dogs from Bom Jesus, Piauí, Brazil. *Rev Acad. Ciênc. Ani*, 11(4):431-5. DOI: <https://doi.org/10.7213/academico.011.004.AO10>
- Nunes, M.O., Rocha, T.J.M. (2019). Fatores condicionantes para a ocorrência de parasitoses entéricas de adolescentes. *J Health Biol Sci*, 7(3):265-70. DOI: <https://doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v7i3.2244.p265-270.2019>
- Oliveira-Filho, A.D., Bezerra, L.T.C.N., Alves, N.S., Neves, S.J.F. (2021). Increased use of ivermectin in Brazil and the risk of scabies outbreaks. *Rev Soc Desenvolv*, 10(10):e414101018991. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18991>
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. (1^a ed), [free ebook]. Santa Maria, RS. Editora da UFSM. ISBN 978-85-8341-204-5
- Roque, M. (2021). Ponta Grossa tem mais de 42 mil animais em situação de rua [Internet]. Periódico UEPG. [acessado em maio 2025]. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/saude/2304-ponta-grossa-tem-42-mil-animais-em-situacao-de-rua>
- Rossi, G.A.M., Hoppe, E.G.L., Martins, A.M.C.V., Prata, L.F. (2014). Zoonoses parasitárias veiculadas por alimentos de origem animal: revisão sobre a situação no Brasil. *Arq Inst Biol*, 81(3):290-8.<https://doi.org/10.1590/1808-1657000742012>

Silva, E.L., Rodrigues, V.K.F., Santana, M.F.M., Siqueira, M.M.C., Santos, V.G., Rezende, M.S.R., et al. (2023). Uso irracional de antiparasitários: uma revisão integrativa. *Braz J Health Rev*, 6(4):17395-411. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n4-262>

Silveira, J., Alfredo, N.A.C., Beux, M.R., Ferreira, S.M.R., Leal, D.A.G. (2023). Evaluation of a propolis hydroalcoholic solution with glycine in the joint reduction of microorganisms and helminth eggs from leafy green vegetables. *Braz J Food Technol*, 26:e2023042. <https://doi.org/10.1590/1981-6723.04223>

Shitsuka, R. et al. (2014). Matemática fundamental para tecnologia. (2.ed). Editora Érica. 250 p. ISBN: 9788536502359

Specht, S., Keiser, J. (2023). Helminth infections: enabling the World Health Organization road map. *Int J Parasitol*, 53(8):411-14. <https://doi.org/10.1016/j.ijpara.2022.10.006>